

REFLEXÕES SOBRE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO E FRONTEIRA

Monique de Souza Lima¹
Thaisy Bentes²
Paulo Jeferson Pilar Araújo³

RESUMO

O presente artigo analisa e reflete sobre a migração de pessoas surdas venezuelanas, destacando a recorrente necessidade de tradução e interpretação comunitária no contexto da região de tríplice fronteira de Roraima, como forma de garantir os direitos linguísticos. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa inclui observação participante nas atividades organizadas pela extensão universitária. Os resultados indicam a urgência da formação de Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais para atuar nesse contexto, evidenciando a carência dessa formação no curso de Bacharelado em Letras Libras da Universidade Federal de Roraima.

Palavras-chave: Interpretação Comunitária. Migração. Surdos.

REFLECTIONS ON TRANSLATION AND INTERPRETATION FOR DEAF INDIVIDUALS IN MIGRATION AND BORDER CONTEXTS

ABSTRACT

This article analyzes and reflects on the migration of Venezuelan deaf individuals, highlighting the recurring need for community translation and interpretation in the context of the triple border region of Roraima, as a way to guarantee linguistic rights. Using a qualitative approach, the research includes participant observation in activities organized by university extension. The results indicate the urgency of training Sign Language Translators and Interpreters to operate in this context, highlighting the lack of such training in the Bachelor's degree in Letters Libras at the University Federal of Roraima.

Keywords: Community Interpreting. Migration. Deaf.

¹ Mestranda do Programa Profissional em Educação Inclusiva (PROFEL). Acadêmica do Curso de bacharelado Letras Libras e colaboradora do Programa MiSordo da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, Brasil; <https://orcid.org/0009-0000-3447-8748>. E-mail: monique.lima@ufrr.br

² Doutoranda em Estudos da Tradução (UFSC), Mestra em Estudos da Tradução (UnB) e Graduada em Letras-Português (ULBRA). Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará. Coordenadora do Programa MiSordo na UFOPA. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-4449-1927>. E-mail: thaisy.souza@ufopa.edu.br

³ Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo. Professor do Curso de Bacharelado em Letras Libras e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras-PPGL da Universidade Federal de Roraima. Coordenador do Programa MiSordo da UFRR. Boa Vista-RR. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-9965-3444>. E-mail: paulo.pilar@ufrr.br

REFLEXIONES SOBRE TRADUCCIÓN E INTERPRETACIÓN PARA PERSONAS SORDAS EN CONTEXTOS DE MIGRACIÓN Y FRONTERA

RESUMÉN

El presente artículo analiza y reflexiona sobre la migración de personas sordas venezolanas, destacando la recurrente necesidad de traducción e interpretación comunitaria en el contexto de la región de la triple frontera de Roraima, como forma de garantizar los derechos lingüísticos. Utilizando un enfoque cualitativo, la investigación incluye observación participante en las actividades organizadas por la extensión universitaria. Los resultados indican la urgencia de la formación de Traductores e Intérpretes de Lenguas de Señas para actuar en este contexto, evidenciando la falta de esta formación en el curso de Bachillerato en Letras Libras de la Universidad Federal de Roraima.

Palabras clave: Interpretación Comunitaria. Migración. Sordos.

INTRODUÇÃO⁴

A crise econômica e política na Venezuela e a conseqüente migração de pessoas provenientes da Venezuela tornaram-se uma das questões em pauta no contexto da América Latina e globalmente nos últimos anos. No Brasil, as pessoas migrantes⁵ venezuelanas têm se concentrado especialmente em regiões fronteiriças, como Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima. Contudo, muitos também se deslocam para outras áreas do país em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida (UNICEF, 2019).

Nesse contexto migratório crescente, um número significativo de pessoas surdas também chega ao Brasil, enfrentando desafios ainda mais intensos, especialmente no acesso a serviços de saúde e educação. As barreiras de comunicação são um obstáculo adicional, tanto para as pessoas surdas migrantes quanto para as pessoas surdas brasileiras. A falta de informações disponíveis em Língua de Sinais impacta suas vidas cotidianas, dificultando até mesmo tarefas simples. Para as pessoas surdas migrantes, a diferença entre o espanhol e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) e as línguas predominantes no Brasil, como o

⁴ Uma versão resumida deste trabalho foi publicada nos anais do Congresso de Pesquisas em Línguas de Sinais da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵ Usaremos o termo migrante para se referir a deslocados ambientais, migrantes econômicos, migrantes provenientes de fluxo migratórios mistos, imigrantes por questões humanitárias, refugiados e solicitantes de refúgio (Oliveira; Silva, 2017).

português e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), representa uma barreira que multiplica os desafios.

É nesse cenário que emerge a motivação para este trabalho, vinculado ao processo formativo da primeira autora, cuja trajetória a levou a participar do Programa de Extensão de Apoio a Migrantes e Refugiados Surdos (MiSordo). Com formação em Letras, com ênfase em espanhol e Literatura Hispânica, ela teve a oportunidade de cursar uma disciplina de Libras como parte do currículo obrigatório instituído pelo decreto 5.626/05. Após concluir a graduação, em 2016, especializou-se em tradução e docência em Libras e, atualmente, está cursando o Bacharelado em Letras Libras na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Em 2023, atuou como bolsista de extensão no Programa MiSordo, onde trabalhou como tradutora e intérprete em diversos contextos comunitários, especialmente com migrantes venezuelanos em questões de regulamentação migratória e interiorização⁶.

O Programa MiSordo, criado em 2020 pela UFRR e implantado em 2022 na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), tem como objetivo oferecer suporte a pessoas surdas migrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Uma das ações empreendidas pelo programa é a formação para o trabalho com migrantes, direcionada a três grupos principais: Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS), agentes humanitários e a comunidade surda venezuelana e brasileira. As ações formativas buscam enfatizar a importância de uma perspectiva decolonial, promovendo a tradução e interpretação em múltiplas línguas de sinais para atender às necessidades específicas de cada comunidade atendida (Zambrano, 2021; Bentes; Menezes, 2023).

Diante dessa realidade e das vivências dos autores, este trabalho visa refletir, mesmo que brevemente, sobre a interpretação e tradução comunitária no contexto migratório de Roraima, especialmente na região de tríplice fronteira, onde as demandas das pessoas surdas venezuelanas exigem uma reavaliação das

⁶ A interiorização é uma iniciativa do governo federal brasileiro voltada para a população venezuelana que reside em Roraima, com o objetivo de promover uma mudança segura para outras regiões do Brasil. O programa atende venezuelanos em situação de vulnerabilidade na cidade de Boa Vista, tanto em abrigos quanto fora deles. O processo de interiorização é totalmente voluntário e gratuito (ACNUR, s/d). Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/programa-de-interiorizacao/>.

políticas públicas e migratórias voltadas para as questões linguísticas, como tradução e interpretação destinadas a essa comunidade.

Para isso, inicialmente apresentaremos um panorama geográfico da região de tríplice fronteira de Roraima, seguido pela descrição da metodologia utilizada. Em seguida, discutiremos o conceito de tradução e interpretação em contextos comunitários e, por fim, apresentaremos os resultados e as discussões que emergem dessa análise das vivências.

A TRÍPLICE FRONTEIRA

A tríplice fronteira de Roraima é um ponto de encontro entre Brasil, Venezuela e Guiana, marcada por sua diversidade cultural, linguística e desafios sociais. Essa região tem se tornado um importante espaço de migração, especialmente devido à crise econômica e humanitária enfrentada pela Venezuela, que trouxe um aumento significativo de pessoas ao Brasil em busca de melhores condições de vida.

Essa dinâmica de fronteira reflete tanto as oportunidades quanto as complexidades das relações entre falantes de distintas línguas, tornando-se uma região multilíngue. Nesse cenário, partimos do pressuposto de que a convivência de diferentes línguas e culturas enriquece a comunidade local, mas também exige esforços para garantir a inclusão e os direitos das pessoas migrantes, como o acesso a serviços básicos e a mediação linguística, especialmente no caso das pessoas surdas.

Roraima é o estado menos populoso do Brasil, com uma população de 652.713 habitantes, segundo estimativas de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seu ponto mais alto, o Monte Roraima, dá nome ao estado e recebeu esse nome dos indígenas pemons da Venezuela, sendo uma contração das palavras "roro" (verde) e "imã" (serra ou monte)⁷.

As riquezas linguísticas de Roraima são profundamente influenciadas pela sua geografia de tríplice fronteira, que conecta o Brasil à Venezuela e à Guiana. Essa diversidade geográfica não apenas propicia um ambiente multicultural, mas

⁷ Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Roraima>.

também favorece o encontro de diferentes grupos étnicos e linguísticos, resultando em uma pluralidade de línguas. Nesse contexto, convivem não apenas o Português, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a LSV, mas também a Língua Indígena de Sinais Macuxi (LISMac), o Espanhol e diversas línguas indígenas.

É neste cenário multilíngue que residem as breves reflexões a serem apresentadas neste trabalho. Para isso, antes, descreveremos os caminhos metodológicos adotados e os conceitos sobre tradução e interpretação comunitária.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa de campo e observação participante durante o período em que a primeira autora atuou como bolsista de extensão, realizando mediação linguística para pessoas surdas migrantes venezuelanas, em parceria com a Pastoral Universitária no Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) da Operação Acolhida. O trabalho foi realizado no âmbito do Programa MiSordo, desenvolvido pelos demais autores. O período como bolsista ocorreu de julho a dezembro de 2023.

Durante esse tempo, a primeira autora realizou atendimentos diretos a mais de 30 pessoas surdas venezuelanas que buscavam acolhimento e interiorização para outras localidades do Brasil. Nesses atendimentos, as práticas de interpretação intermodal (entre língua oral e língua de sinais) focavam na mediação e interação na língua materna dos migrantes, que, neste caso, é a LSV. No entanto, em certas situações, a Libras foi utilizada como língua franca, e foi necessário recorrer a tecnologias e à escrita em espanhol, uma vez que muitos surdos chegam sem conhecer a LSV. Essa mediação permitia que as pessoas compreendessem informações sobre a obtenção de documentos, a busca de emprego, o fluxo para a interiorização, questões de saúde e outras áreas.

Além da mediação direta entre pessoas surdas e agentes humanitários, o Programa MiSordo realiza ações voltadas tanto para surdos já estabelecidos na cidade quanto para aqueles que estão ingressando no estado. Uma das iniciativas incluiu momentos de escuta denominados “Jornadas de Escuta e Atenção para Pessoas Surdas”. Durante as jornadas, são coletadas informações sobre os anseios

das pessoas surdas migrantes em relação ao trabalho e à saúde, por meio de escuta atenta registrada em um formulário escrito. A partir desses eventos e espaços, se constituem as breves reflexões a seguir.

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA E O ACOLHIMENTO ENTRE LÍNGUAS

A tradução e interpretação em contexto comunitário tem como objetivo proporcionar o acesso a diferentes informações, com o intuito de facilitar o uso de serviços comunitários, como saúde, alimentação, trabalho e moradia. Essa interpretação visa auxiliar pessoas que não falam a língua local, permitindo-lhes acessar os diversos serviços oferecidos (Origuela, 2014).

Origuela (2014), considera somente a interpretação e presume que ela aconteça em diferentes espaços, como:

A Interpretação Comunitária caracteriza-se por qualquer tipo de interpretação dirigida a um cliente e um prestador de serviços dentro de contexto hospitalar, forense, judiciário e similares. Serve àqueles que vêm de outros países, imigrantes ou os que buscam asilo político como refugiados, a se comunicarem e acessarem os serviços educacionais, judiciários e médicos daquele país em que residem agora, mas não sendo fluentes na língua, necessitam da ajuda de um intérprete (Origuela, 2014, p.226).

Outros autores utilizam somente a nomenclatura "Intérprete Comunitário". No entanto, seguindo as ideias de Bentes e Araújo (2021), que ressaltam que há, sim, tradução nesses ambientes, utilizaremos tanto "tradução" quanto "interpretação", para destacar que ambas as funções estão presentes em ambientes comunitários.

Nesse contexto, o objetivo da tradução e da interpretação comunitária é mediar informações, dando voz e oportunidades à pessoa que necessita de apoio linguístico, promovendo sua autonomia. Dessa forma, a pessoa não está apenas fisicamente presente, mas também linguisticamente integrada no ambiente, garantindo acesso a direitos fundamentais previstos na Constituição brasileira (Gorovitz, Carneiro e Martins 2023).

Segundo Gorovitz, Carneiro e Martins (2023), a tradução e a interpretação comunitária está sendo cada vez mais requisitada e ganhando visibilidade em diferentes contextos, como:

Requerida em contextos institucionais para possibilitar que pessoas que não falam a(s) língua(s) oficial(is) do país possam interagir com provedores de serviços públicos, o intérprete comunitário acaba oportunizando e colaborando para a promoção de direitos. Em contraste com os contextos da diplomacia internacional, a modalidade da IC singulariza-se em diversos aspectos processuais, seja pela variedade de línguas minoritárias que ela põe em contato (Gorovitz; Carneiro; Martins, 2023, p.2).

A tradução e interpretação em contextos comunitários são de suma importância, pois permitem que pessoas em situação de vulnerabilidade sejam vistas e consigam acessar e participar ativamente de assuntos pertinentes a elas. Nesse sentido, a pessoa surda migrante é protagonista em seu contexto, mas, por fazer parte de um grupo minoritário, acaba não sendo priorizada nas políticas públicas governamentais. No entanto, essa demanda tem sido foco de programas institucionais que buscam acolher linguisticamente esses sujeitos, como o Programa MiSordo, cujo público-alvo são as pessoas surdas migrantes venezuelanas.

Nessa perspectiva do Programa MiSordo, destacamos o acolhimento linguístico. Segundo Zambrano (2021), "o acolhimento pode significar dar abrigo e hospitalidade; dessa forma, o acolhimento linguístico visa garantir que a pessoa seja recebida na língua local para que, posteriormente, consiga de maneira autônoma acessar diferentes serviços no Brasil". No caso das pessoas migrantes surdas, no Programa MiSordo, a inserção linguística ocorre por meio das línguas de sinais, partindo da LSV para a Libras.

Zambrano (2021) cita Lopez e Diniz (2018), assim como Bizon e Camargo (2018), que defendem o "acolhimento entre línguas", o que significa acolher por meio do pensamento fronteiriço. A importância desse tipo de acolhimento está em respeitar a língua das pessoas migrantes, permitindo o trânsito entre diferentes línguas e repertórios linguísticos. Assim, o principal objetivo do Programa MiSordo é justamente isso: respeitar e acolher as pessoas surdas migrantes utilizando a LSV, sua língua de origem, dando-lhes a oportunidade de serem vistos como pessoas a partir do acolhimento linguístico.

A tradução e a interpretação comunitária diferem da interpretação de conferências sendo, na tradução/interpretação comunitária há mais diálogos do que discurso. O intérprete comunitário atua, segundo Origuela (2021)

[...] sozinho, tem de tomar decisões a todo tempo. A começar pela modalidade de interpretação que vai utilizar, ele precisa dominar todas elas: tradução à prima vista, simultânea, consecutiva. Deve então analisar a situação interpretativa para decidir qual modalidade se adequa melhor a cada situação e pode precisar mesclar e alternar entre as modalidades. Também precisa ter a autonomia para organizar o local do atendimento para que o posicionamento físico dos participantes promova melhor interação e comunicação (Origuela, 2021. p.36).

Em relação à tradução nesses espaços, as atividades realizadas por meio dos atendimentos no Programa MiSordo ocorriam em contextos de saúde, como a tradução a prima vista de bulas de remédios, receitas e laudos médicos, além de formulários sobre trabalho, educação e regulamentação de documentação. As traduções eram feitas do português ou espanhol para a LSV/Libras, quando a pessoa surda precisava ir a algum órgão que, na sua maioria, não contava com profissionais TILS. As traduções eram realizadas de acordo com as solicitações dos usuários. Um exemplo comum envolvia questões de trabalho, como mudança de setor ou demissão, e questões judiciais, como a realização de Boletim de Ocorrência, entre inúmeras demandas (Bentes *et al.*, 2022).

Tendo a tradução e a interpretação comunitária delineadas brevemente, passemos a discussão sobre a observação participante no âmbito do Programa MiSordo e como isso pode contribuir para um debate maior sobre a formação para a atuação nesses contextos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, pretendemos suscitar breves reflexões sobre a tradução e a interpretação comunitária em contextos de migração e fronteira, com foco nas ações formativas e na atuação direta do Programa MiSordo. Como resultado dessa atuação e da observação, é possível destacar alguns pontos relevantes para fomentar a discussão sobre o tema. Um deles é a necessidade de formação específica para atuar nesse contexto, ressaltando a importância de acolher as

pessoas surdas provenientes da Venezuela em sua língua materna que é uma iniciativa central do Programa MiSordo.

Como primeiro ponto de reflexão, temos no âmbito da educação superior a UFRR, que é a única Instituição de Ensino Superior (IES) no estado que oferece o curso de bacharelado em Letras Libras, voltado para a formação de tradutores e intérpretes no par Libras-Português. Embora o estado tenha outras IES, como a Universidade Estadual de Roraima (UERR) e o Instituto Federal de Roraima (IFRR), além de instituições privadas como a Faculdade Roraimense de Ensino Superior (FARES), a Faculdade Estácio Atual, a Faculdade Cathedral e a Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN), a UFRR se destaca nesse contexto.

Cabe ressaltar que a iniciativa de um projeto voltado para a comunidade surda venezuelana, que deu origem ao Programa MiSordo, foi inicialmente idealizada por alunos do curso de Bacharelado em Letras Libras da UFRR, durante o período de estágio, em resposta às dificuldades de acesso à informação, exacerbadas pela pandemia, para pessoas surdas venezuelanas. Desde os primeiros momentos do projeto, surgiram desafios relacionados às línguas e à migração, revelando um campo de atuação que a graduação em tradução e interpretação de Libras-Português não contemplava (Bentes; Araújo, 2021).

Foi a partir desses desafios que o Programa iniciou diversas iniciativas voltadas à formação de TILS, por meio da extensão universitária, para tentar minimizar os impactos de atuar em um espaço com demandas totalmente novas e desafios não previstos e não discutidos durante o curso em Letras Libras.

As vivências descritas neste trabalho, em relação à tradução e interpretação, descrevem principalmente as mediações nos espaços do CCI da Operação Acolhida, em parceria com a Pastoral Universitária. O trabalho como bolsista consistia, além de realizar tradução e interpretação entre surdos/as e agentes humanitários, em atender pessoas migrantes surdas e auxiliá-las em suas diversas demandas para a integração local ou interiorização. Um exemplo destacado é a interpretação de informações em locais como clínicas para exames de audiometria custeados pelas agências humanitárias ou doados por instituições filantrópicas, além de auxiliá-las

em questões relacionadas à documentação e à inserção no mercado de trabalho junto às organizações humanitárias parceiras.

Além desses espaços, eram realizadas atividades de interpretação simultânea, em parceria com TILS da própria UFRR durante eventos, palestras e cursos voltados exclusivamente para a comunidade atendida. Também havia atendimentos online via WhatsApp quando as pessoas surdas necessitavam de informações; nesse momento, às vezes, era feita interpretação remota de alguma explicação de um agente humanitário ou pela própria bolsista, após buscar as devidas informações com os responsáveis do Programa e da Pastoral Universitária. Nesses espaços, a principal demanda consistia em mediar as informações para a pessoa surda nas solicitações dos serviços realizados no CCI pelas agências humanitárias.

Nessas interações, eram utilizadas a Libras, a LSV, além do espanhol, na modalidade escrita ou oral, já que muitas pessoas surdas provenientes da Venezuela conseguem oralizar e fazer leitura labial. Como já mencionado, o Programa MiSordo foca na mediação entre línguas, respeitando a língua materna das pessoas surdas. Dessa forma, a transição entre LSV, Libras e outros recursos ampliava a compreensão necessária, facilitando o entendimento de informações relacionadas a documentos, emprego, saúde, entre outras áreas de necessidade.

No entanto, para um aluno em formação, o desafio de lidar com novos pares de línguas durante o curto período como bolsista de extensão, diferentes do aprendizado na graduação, teve um impacto significativo. Enquanto o aprendizado da LSV ocorria quase que naturalmente, a partir do contato com as pessoas surdas, os primeiros momentos foram difíceis. Somente após algumas semanas as situações pareciam estar mais controladas e a mediação fluía. Além do desafio da mediação linguística inter/intramodal, era necessário saber o mínimo sobre o cenário migratório para compreender algumas situações. Com o passar das semanas, aprender sobre os atendimentos oferecidos e sobre regulamentação documental foi fundamental para mediar os processos.

Com isso, é possível afirmar que a formação especializada de TILS para a tradução e interpretação comunitária em contextos de fronteira e migração é urgente, dado o uso de diferentes línguas de sinais e a ausência dessas questões no

currículo do curso de Bacharelado em Letras Libras da UFRR, por exemplo. Não há disciplinas voltadas ao contexto migratório, à LSV como língua adicional ou ao acolhimento em diferentes áreas, mesmo a região sendo ponto de entrada de migrantes há décadas.

O curso de Letras Libras da UFRR, iniciado em 2014, forma profissionais para atuar como intérpretes e tradutores no par Libras-Português, conforme prevê o Decreto 5.626/05. Entretanto, mesmo não havendo no currículo base nenhuma disciplina voltada para esse cenário, alguns estágios foram desenvolvidos no âmbito das ações do Programa MiSordo, direcionados ao contexto de migração. Além disso, o curso tem em seu quadro diversas ações de pesquisa e extensão voltadas à formação de TILS para atuar em contextos comunitários de migração e refúgio, destacando-se algumas ações, como ilustra o quadro abaixo.

Quadro 1 – Ações voltadas a formação de TILS ofertadas pelo MiSordo⁸.

<i>Ano</i>	<i>Ação/Curso</i>	<i>Carga Horária</i>
2021	Cursos de migração, refúgio e nacionalidade	03 horas
2021	Roda de conversa com Mobilang	04 horas
2021	Roda de conversa com TILSJUR	04 horas
2021	Roda de conversa com CMDH	04 horas
2021	Curso de tradução acadêmica	10 horas
2021	Encontros de relações humanas e saúde mental	20 horas
2021	Cursos de migração, refúgio e direito internacional	10 horas
2021	Curso interpretação comunitária para migrantes e refugiados	100 horas
2022	Minicurso Interpretação Comunitária: uma prática política e social de mediação linguística	4 horas
2022	Minicurso Línguas de Sinais, migração e fronteiras	4 horas
2022	Minicurso Políticas Linguísticas para as comunidades surdas e as Línguas de Sinais	4 horas
2024	Curso Políticas Linguísticas para a Interpretação e tradução de Línguas de Sinais em contextos multilíngues	180 horas

Fonte: elaborado pelos autores com base em Bentes e Menezes (2023).

⁸ Cabe ressaltar que algumas ações foram oferecidas por projetos parceiros do Programa MiSordo, como, por exemplo, o curso "Migração, Refúgio e Direito Internacional", ofertado pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE), e o curso "Tradução Acadêmica", oferecido pelo Programa Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais na esfera jurídica (TILSJUR). Há também o conhecimento sobre outras ações, como cursos e oficinas de LSV desenvolvidas por professores vinculados ao curso, mas não tivemos acesso aos registros oficiais dessas ações.

O quadro acima apresenta diversas tentativas do Programa MiSordo em responder às demandas do cenário migratório de pessoas surdas. No âmbito do Programa, alunos do curso de Letras Libras atuam de três formas: como bolsistas remunerados, geralmente por um período de 6 a 12 meses, com carga horária de 16 ou 20 horas semanais; como estagiários na disciplina Estágio em Contexto Não Educacional, com carga horária de 60 horas totais; e como voluntários. Esta terceira categoria é geralmente composta por alunos que já foram bolsistas ou estagiários e desejam continuar como colaboradores do Programa. Dentre os cursos mencionados, a primeira autora realizou apenas um curso de LSV com carga horária de 30 horas realizado em 2020.

Nesse sentido, considerando a situação expressiva de pessoas surdas migrantes no estado de Roraima, é essencial incluir, na formação curricular, conhecimentos sobre tradução e interpretação em contextos de migração. Esses saberes serão fundamentais para os futuros profissionais, que frequentemente se depararão com o público de pessoas surdas migrantes venezuelanas em quase todos os espaços públicos do estado.

Nessa lacuna formativa, o Programa MiSordo tem sido um importante espaço para a aquisição de conhecimentos. Por meio da extensão universitária, vários alunos têm tido a oportunidade de participar e colaborar nas ações e formações oferecidas. As atividades, como momentos de escuta para identificar as necessidades dessas pessoas — que geralmente envolvem o acesso a direitos básicos, como moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho — têm gerado interações e promovido a aprendizagem dos alunos participantes (Bentes; Albano; Azeredo, 2023).

Conforme Almeida (2021), a atuação no Programa MiSordo não envolve apenas o desenvolvimento prático das línguas, mas também a internalização de uma perspectiva humanitária em relação às dificuldades enfrentadas pelos migrantes. A atuação e formação de TILS nos espaços comunitários, especialmente em contextos de migração, revelam-se como uma questão complexa e multifacetada. Embora haja uma demanda crescente por profissionais qualificados, a falta de formação específica para lidar com as particularidades do atendimento a pessoas surdas migrantes apresenta desafios significativos.

Cabe analisar, nesse contexto, que a atuação de alunos aprendizes de tradução e interpretação no âmbito do Programa MiSordo não corresponde inteiramente aos direcionamentos da atuação profissional. No âmbito do Programa, os alunos atuam como mediadores de informações para a abertura de processos de interiorização, como os realizados pela Operação Acolhida. Isso exige que os TILS não apenas medeiam a comunicação, mas também compreendam as dinâmicas sociais, culturais e burocráticas que envolvem esses processos, atuando em certo grau como *advocacy*⁹.

Isso se alinha aos argumentos apresentados por Garcia e Gorovitz (2020) sobre o papel dos intérpretes comunitários em entrevistas de solicitação de refúgio. As autoras ressaltam que a função do intérprete comunitário vai além da mera tradução e interpretação, incluindo a responsabilidade de coordenar e mediar interações, o que tem se tornado uma realidade. Outro aspecto assinalado pelas autoras, com base nos estudos de Rudvin (2005) sobre a assimetria de poder, é como o intérprete enfrenta, negocia e lida com esses desequilíbrios por meio de estratégias discursivas, atuando como um sujeito participante que pode tanto ser afetado quanto influenciar tal assimetria. Segundo as autoras:

Isso se manifesta particularmente em contextos em que pessoas em situação de vulnerabilidade dependem de agentes estatais para a concretização de seus status migratórios no país de acolhimento. Ao intermediar esses discursos assimétricos, que reafirmam relações sociais e políticas assimétricas, **o intérprete, na função de organizador da interação, assume também uma posição política que vai muito além da produção linguística dos solicitantes** (Garcia; Gorovitz, 2020, p. 17, grifos nossos).

Na realidade diária, durante o período como bolsista, a atuação na triagem inicial para a realização dos processos de interiorização ressaltava essa realidade. A mediação realizada pelos TILS são fundamentais para facilitar a compreensão das necessidades das pessoas migrantes surdas, permitindo que elas fossem interiorizadas ou encaminhadas a atividades laborais locais de forma adequada e

⁹ Advocacy é o conjunto de ações e estratégias voltadas para influenciar decisões e políticas em favor de grupos ou causas específicas. O advocacy pode ocorrer em diversos contextos, como na promoção de políticas públicas, na sensibilização sobre questões sociais ou na mobilização de recursos para atender necessidades específicas.

informada. No entanto, a ausência de uma formação que aborde explicitamente essas questões pode resultar em lacunas na mediação e no atendimento.

Fazendo um breve paralelo com a área educacional, onde há uma gama considerável de pesquisas e o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem sobre a função de TILS, o contexto comunitário carece de mais pesquisadores que se debruçam sobre suas facetas, desenvolvimento e estratégias das competências e habilidades necessárias para a atuação em cenários tão sensíveis e complexos, que, infelizmente, ainda sofrem com os estereótipos da visão filantrópica de que TILS atuam “por amor à profissão”. Nesse ponto, o aprofundamento de pesquisas e a luta das associações de TILS e de Surdos são cruciais para desencadear políticas oficiais voltadas à tradução e interpretação de línguas de sinais.

Além da mediação direta entre agentes humanitários e pessoas surdas, os alunos e colaboradores envolvidos no Programa atuam como intérpretes em eventos, palestras e reuniões que são constantemente realizados nesses espaços, ressaltando a importância de uma interpretação sensível e informada. No entanto, a falta de preparo específico pode limitar sua eficiência no processo de interpretação, impactando diretamente a qualidade das interações e a compreensão das questões abordadas.

É importante ressaltar que a experiência prática é valiosa, como as adquiridas no âmbito das ações do Programa MiSordo, mas não substitui a necessidade de uma formação formal que inclua o aprendizado de línguas de sinais e culturas diferentes, como a LSV e o espanhol, além, claro, das habilidades e competências linguísticas e tradutórias necessárias para a atuação nesses espaços.

Nesse aspecto, o domínio do espanhol oral e escrito é essencial, além da LSV, pois muitas pessoas surdas venezuelanas conseguem realizar leitura labial ou entender a escrita. No entanto, a familiaridade com a escrita do próprio país pode ser uma barreira significativa. A formação de TILS deve, portanto, incluir habilidades de comunicação que considerem essas diversidades linguísticas e culturais das pessoas migrantes, assim como os aspectos culturais e históricos da educação e dos movimentos surdos em outros países.

Por fim, o desenvolvimento de pesquisas sobre as competências dos TILS para atuar em contextos comunitários de migração e fronteira é vital para garantir

uma atuação de qualidade. Essa formação deve ser não apenas técnica, mas também ética, fomentando uma formação respeitosa e consciente das necessidades específicas desse público. Ao abordar a atuação e a formação de TILS, é imprescindível considerar essas múltiplas dimensões, visando a criação de um ambiente capaz de assegurar o pleno exercício dos direitos linguísticos e sociais das comunidades surdas migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradução e interpretação em contexto comunitário têm sido tema de constante debate entre alguns autores dos Estudos da Tradução de línguas orais (Garcia; Gorovitz, 2020; Origuela, 2014, 2021). No entanto, ainda é escassa a discussão sobre o contexto comunitário que envolve a migração de pessoas surdas, além das vulnerabilidades de grupos que utilizam diferentes línguas de sinais e línguas orais.

Nesse cenário, as ações do Programa MiSordo em relação à tradução e interpretação comunitária para pessoas surdas migrantes têm promovido a abertura de discursos sobre os direitos linguísticos dessas comunidades, como, por exemplo, o direito à comunicação em sua língua materna. Essa perspectiva, quase não explorada por outros grupos que acolhem migrantes, tem sido fortemente considerada pela equipe do Programa na formulação de políticas linguísticas e educacionais voltadas para esses grupos, ainda no âmbito local e individual.

Para a formulação de políticas oficiais, é necessária uma ampliação do debate sobre a formação de TILS para atuar em contextos de fronteira, especialmente considerando o uso de diferentes línguas de sinais e línguas orais, e inserindo essa demanda nos currículos de formação dos cursos de graduação e pós-graduação. Além disso, o aprofundamento de pesquisas nessa área poderia ser uma possibilidade para demonstrar as complexidades envolvidas em uma tentativa de desmistificar a ideia de que TILS devem exercer suas funções de forma voluntária nesses espaços, apelando para as vulnerabilidades das comunidades e a forte ideia de que traduzir e interpretar não é considerado uma profissão.

Nesse contexto, a presença da bolsista de extensão e sua atuação, limitadas à parceria com a Pastoral Universitária nos espaços da Operação Acolhida, têm incentivado a contratação de serviços de TILS pelas agências humanitárias. Quando solicitada a realizar interpretação ou tradução, é promovida uma conversa franca e esclarecedora sobre as funções, papéis e complexidades dessa profissão, enfatizando que não realizarão atividades fora do escopo das ações do Programa de forma voluntária. Essa atuação ressalta a necessidade de uma contratação permanente de TILS, com remuneração adequada, dada a demanda constante e o expressivo número de migrantes surdos que buscam assistência em seus processos.

No entanto, é importante reconhecer que esse processo ainda enfrenta muitos desafios a serem superados. Contudo, já é possível relatar que algumas agências têm promovido projetos voltados para a comunidade surda migrante o que exige a contratação de serviços de TILS que dominem tanto a LSV quanto o espanhol. Essas iniciativas são um passo significativo em direção à inclusão e à garantia dos direitos linguísticos das pessoas surdas migrantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heleonora Lucimayra Pereira. **Atuação do tradutor e intérprete comunitário no âmbito do programa de extensão interinstitucional MiSordo/UFRR-UFOPA**. Trabalho de conclusão de curso Letras Libras, UFRR, 2021.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. BENTES, Thaisy. **Surdos Migrantes na Escola: questões de inclusão e direitos humanos linguísticos**. Revista Teias, 2022.

BENTES, Thaisy. ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. **¡Sordos también migran! A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário**. In: Tradução Humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR, 2021.

BENTES, Thaisy.; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira. AZERÊDO, Augusto Carlos. **Migrantes Surdos: Línguas de Sinais, Tradução e Direitos Humanos**. Editora da UFOPA, 2023.

BENTES, Thaisy.; MENEZES, Adriane Melo de Castro. **Atividades de formação para o trabalho com migrantes e refugiados surdos: contribuições do Programa MiSordo**. Revista Expressa Extensão, 2023.

BENTES, Thaisy.; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira. ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. CALIXTO, Hector Renan da Silveira. **Migrantes Surdos e acesso aos serviços públicos no Brasil: contribuições do Programa de Extensão MiSordo**. Revista Conexão ComCiência, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Lei de Migração**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm, no dia 22/11/23 às 11:17.

BRASIL. **Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm, no dia 22/11/2023 as 11:46.

GARCIA, Fernanda de Deus. GOROVITZ, Sabine. **O intérprete comunitário: sua agência na entrevista de solicitação de refúgio**. Tradterm, 2020. 36, 72-101.

GOROVITZ, Sabine; CARNEIRO, Teresa Dias; MARTINS, Marcia. **A Interpretação Comunitária como garantia de direitos: qual formação para qual atuação no Brasil?**. Revista Belas Infiéis, Brasília, v. 12, n. 1, p. 01-33, 2023.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de.; SILVA, J. I. da. **Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos?** Revista Gragoatá, Niterói, v. 22, n. 42, p. 131-153, jan.-abr. 2017.

ORIGUELA, Daniela. Avelaneda. **Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro**. Tradterm, set. 2014.

ORIGUELA, Daniela Avelaneda. **A atuação do intérprete comunitário junto às comunidades migrantes no Brasil**. EBOOK: E por falar em tradução [livro eletrônico] / organização Érica Lima, Lenita Rimoli Pisetta, Viviane Veras. – Bauru, SP, Canal 6, 2021.

UNICEF. **Crise migratória na Venezuela**. acesso: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/crise-migratoria-na-venezuela-mais-de-1-milhao-de-criancas-precisarao-de-ajuda>. Em 21 de setembro de 2024 as 20h.

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo. **Acolher entre línguas: representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima.** 2021. 226p. (Tese de doutorado em estudos Linguísticos)
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

Recebido em: 11 de outubro de 2024.
Aprovado em: 10 de dezembro de 2024.
Publicado em: 30 de dezembro de 2024.

